

Ainda sobre o Acordo Ortográfico

Quarta-feira, 24 de Setembro de 2014



RENATO EPIFÂNIO

Em dois dias consecutivos (29 e 30 de Julho de 2013), nas páginas do jornal PÚBLICO, Ivo Miguel Barros e Artur Magalhães Mateus traçam um panorama sobre a posição dos nossos partidos políticos sobre o Acordo Ortográfico de 1990. Antes de mais, importa dizer que esse panorama que nos é apresentado não está completo. O "Nós, Cidadãos!", um dos mais recentes partidos políticos, que está a discutir publicamente a seu programa político-eleitoral, e ignorado (na no fórum criado para esta discussão pública (propositores: goferm), pode ler-se a seguinte posição de princípio: "O papel do Instituto Camões deve ser igualmente reforçado, em articulação com o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, em prol da difusão da Língua Portuguesa a escala global. No âmbito do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, defendemos um melhoramento concertado do Acordo Ortográfico e recusamos qualquer iniciativa unilateral que ponha em causa esta concertação".

Provavelmente, adivinhamo-lo, esta será uma posição que não agradará de todo aos autores do panorama em causa, para quem a questão do Acordo Ortográfico parece ser o alta e ómega de todo e qualquer programa político-eleitoral. De resto, a escolha partidária que parecem defender, quando escrevem: "O Partido Nacional Renovador é o mais enfiado na rejeição do AOR", afirma que "obedece a algo tão abstrato e um perfeito acto de cobardia e de traição à nossa Identidade e à nossa cultura".

Já tendo apenas em conta os partidos com representação parlamentar na presente legislatura, o coração parece balançar para o Partido Comunista Português, por ter sido "o único Partido que apresentou um Projecto de Resolução, que adverte a "desmistificação ou renegação nas bases do acordo ortográfico", ainda que, elegantemente, com uma "fundamentação desadequada". Longe de não censurar quem, nas próximas Eleições Legislativas, parece estar a partir de indícios entre o "POP" e o "PNI", respectivamente: "invenções todas as indicições políticas. Apenas aqui chamamos a atenção para o absurdo que é fazer desta questão o alta e ómega de um programa político-eleitoral, particularmente numa altura em que, de facto, a nossa soberania está em causa em dimensões muito mais relevantes - baseadas, para tal, sobre a forma como a União Europeia fez capturar a Grécia, apesar de todos os graves erros que o Governo grego cometeu.

Mais do que isso, como o "Nós, Cidadãos!" defende qualquer desejável melhoramento do Acordo Ortográfico deve ser feito de forma concertada. Toda e qualquer iniciativa unilateral, seja, pois, contraproducente. Como costumava dizer Adriano Moreira: "sendo também nossa, a língua portuguesa já não é apenas nossa". Agi como se continuasse a ser apenas nossa e que constituía um erro colossal que poderia por realmente em causa o futuro da Língua Portuguesa a escala global.

Twitter Facebook Google+

PREVIOUS ARTICLE: "Prestar" Portugal à beira da bancarrota, Sócrates não está preocupado. NEXT ARTICLE: Filomena, Adriano e Fernando



RENATO EPIFÂNIO

SIMILAR ARTICLES

Fundamentos e Firmamentos da Filosofia Lusófona (I)

Uma visão de Antero de Quental

1 Comment Jornal Diabo Login

Recommended Share Sort by Best

Join the discussion...

Outra vez mais este artigo?

O senhor Epifânio e o "Nós, Cidadãos!" dizem: "defendemos um melhoramento concertado do Acordo Ortográfico e recusamos qualquer iniciativa unilateral que ponha em causa esta concertação". Não se será possível "melhorar" uma coisa que já nasceu torta e que cada vez revela mais as deficiências de nascença e o afastamento dos objetivos de unificação propostos.

É como querer endireitar um edifício com fundações desalinhas e feitas sobre lama. "Melhoramento" chega-me também a algo a arrastar-se lentamente, sem mexer muito no que está feito, e até que o tal pseudo-acordo se torne definitivamente um facto consumado, mesmo que isso não o torne mais aceitável.

Mas vamos supor que queria dizer discussões sobre o assunto e fâmos no "concertado... recusando qualquer iniciativa unilateral". É uma boa intenção, mas praticamente só possível com alguns países, uma vez que nem todos ratificaram o tal A.O., e dos que o ratificaram, ainda só Portugal o tornou obrigatório (por imposição arbitrária e apressada). O principal país com quem essa discussão poderia ser feita seria o Brasil, que sabemos bem ter concertado com o acordo de 1945 e depois tomou a iniciativa UNILATERAL de não o aplicar. E Angola e Moçambique deixam-se novamente de lado? Ou faz-se mais um "protocolo modificativo" para os reintegrar? Então, quando me não se poder concertar em "acordo" que não existe entre todos os países que o discutiram, mas não chegaram a um verdadeiro Acordo entre todos, até porque cada um decidiu (a nível governamental) se o aplicava ou não e quando. O Brasil já fez a primeira alteração unilateral (deste acordo) alargando o período de transição inicialmente previsto. Portugal (melhor, o governo português) mudou o prazo, a nível interno. O mais lógico seria suspender também o prazo a nível interno. Que depois se discutisse alguma coisa para melhor nos entendemos entre todos, ou simplesmente manter as duas grafias antes existentes, em vez de três actuais (A.O. português e ortografia tradicional em Angola, Moçambique e Guiné). Tal como está, onde estará a tal unificação????

Diz ainda noutro parágrafo "... chamamos a atenção para o absurdo que é fazer desta questão o alta e ómega de um programa político-eleitoral. ... Claro que isso não é verdade: a maioria dos anti-acordistas vêia segundo um conjunto de aspectos (que no fundo se entrelaçam - escondem-se nos negócios fraudulentos e negociações linguísticas são atitudes semelhantes e igualmente corruptas). Tentemo observar os vários aspectos, mas sem esquecer que o A.O.R. é um bom teste para avaliar a veracidade das intenções realmente democráticas dos partidos e dos seus líderes e aderentes, bem como para avaliar o comprometimento que têm da maranta como se tem feito imposto as leis no nosso país, uma vez que esta reforma é o resultado acabado de uma norma importante, mas feita trabalhosamente e nas costas dos portugueses, e imposta à toda, sem atender nem a princípios públicos, nem à generosidade de especialistas. Decida-se na AR, para se, para construir uma estrutura ou um aeroporto fosse mais importante a opinião dos políticos (deputados obrigados à disciplina de voto) que a de engenheiros ou de embalsamistas. Uma reforma ortográfica é algo de importante, mas o que esta (A.O.R.) revela sobre os políticos não é menos importante.

ALTO DO JORNAL DIABO

Marcelo quer economia a crescer

... Francisco Assis está a pretzar de visitar Feijúez ou via...

Sera Portugal um País com futuro?

... impingido para não cientes de...

Costa começa a ter contestação no PS

... o Partido Assis está a pretzar de visitar Feijúez ou via...

Requiem pela Constituição de Abril

... impingido para não cientes de...

Subscribe Add Diabo to your site Privacy

DISQUS



O DIABO é um jornal público independente dedicado a informar o público, promovendo a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o debate livre desde 1974.

Contact us: geral@jornaldiabo.com

Muito obrigado

A equipa do DIABO

MAIS RECENTE

Edição de 27 de Setembro de 2014

Beast: Saia, sim, e quanto mais cedo melhor

Quando Costa só quer alterações feitas uma vez por legislatura...

O hó ego da política portuguesa

A caminho do socialismo puro e duro

ARTIGOS MAIS POPULARES

Isa é um assento - Filha de Camilo Moragas no Parlamento

Filândia: Volta-se o feição contra o feição

Angola, ontem e hoje

Quando a economia portuguesa cresce 10% ao ano

Filândia em crise admite deixar Euro

A bagunça engorçada da descolonização

Não há voluntários para a tropa

Vale tudo? Vale, pois!